

# Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



## Mulheres querem autonomia econômica

**O Projeto Pauta Feminina debateu no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) de Planaltina a independência econômica como fator de prevenção e superação das violências dirigidas às mulheres.**

Esta foi a terceira vez que o encontro aconteceu fora do Congresso, como resultado da parceria com o Governo de Brasília e o Grupo Mulheres do Brasil-DF.

Walber Jean Borges, chefe substituto do CEAM, coordenou a mesa de atividade com mais de cinquenta mulheres da região, várias delas alunas do professor Herbert Vale, do projeto Picasso Não Pichava, que exibiram ao público suas coloridas pinturas em tela.



Rita Polli/ProMul

### Lenda

A abertura artística ficou a cargo a atriz e poetisa Jirlene Pascoal, que interpretou texto rico em simbolismos em alusão a uma lenda de mulheres que já foram árvores um dia, quando suas pernas eram raízes, seus braços, galhos e, seus cabelos, folhas, flores e frutos – e eram amadas por todos os seres.

### Mães

Carlos Henrique Moraes, educador Social

do projeto *Esporte à Meia Noite* no CAIC Assis Chateaubriand, relatou a experiência de investir na qualificação profissional das mães das crianças em grande vulnerabilidade social, em parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec 1000).

“Se a mulher recebe 100 reais, ela aplica 101 reais na família”, disse.

### Senado

Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, representou a Diretoria Geral e fez uma compilação de importantes passos da Casa em direção à garantia de direitos das mulheres, entre eles o Programa de Assistência à Mulher em Situação de Violência, que destina 2% das vagas dos contratos de empresas terceirizadas a mulheres em situação de violência.

Lucia Bessa, presidente da Comissão Especial de Combate à Violência Familiar da OAB-DF, lembrou que acompanhou a iniciativa do Senado quando era titular da subsecretaria de Política das Mulheres do governo de Brasília.

“Ato seguinte, nós levamos essa proposta à Câmara Legislativa do Distrito Federal, chegando a um patamar de 5% a cada contrato terceirizado na CLDF. Hoje essa modalidade contratual já foi apresentada até à ONU e vai ser aplicada pelo mundo. Práticas assim, que ganham corpo a partir de organismos públicos comprometidos e de pessoas sensíveis, têm que ser replicadas”, defendeu.



Rita Polli/ProMul

### Diálogo

Alexandra Luciana Costa, atual subsecretária de Políticas para Mulheres do Governo de Brasília, elogiou o debate em Planaltina. “Essa Pauta Feminina itinerante torna possível ocupar os espaços e estimular o diálogo para ouvir a sociedade civil”.

### Redução

Tamara Naiz, da União Brasileira de Mulheres, doutoranda em História Econômica do Brasil, disse que as estatísticas indicam o aumento da violência contra as mulheres em Brasília, fato associado à perda de poder da pasta, que já foi uma secretaria autônoma de mulheres e hoje é apenas uma subsecretaria. “O Governo de Brasília está em débito com a comunidade por ter retirado esse importante apoio para a rede de proteção à mulher”, alertou.

Saiba mais: <https://bit.ly/2vwOkdJ>



Rita Polli/ProMul

Tamara Naiz pede a volta da Secretaria de Estado da Mulher

## Ibirubá (RS) inaugurou Procuradoria

Câmara Municipal de Ibirubá



No dia 15 de junho, a Câmara Municipal de Ibirubá inaugurou sua Procuradoria Especial da Mulher, em solenidade prestigiada pelo prefeito Abel Grave (PRB), vereadores, diretoras e representantes de diversas instituições de ensino do município e a comunidade em geral.

O presidente do Legislativo, Vagner Oliveira (PRB), descerrou a placa inaugural para a Procuradora Jaqueline Brignoni Winsch (PP) e também para a Procuradora Adjunta, Patrícia Sandri (DEM).

“Entendemos que o Poder Legislativo tem o dever de incluir em sua pauta, como tema prioritário, debates e ações referentes à igualdade de gênero. A criação da Procuradoria vem justamente ao encontro deste desejo, pois a partir de sua criação nasce um compromisso institucional com este tema”, disse a procuradora Jaqueline.

Conheça a ProMul de Ibirubá: <https://bit.ly/2KYnblR>

## TIC TAC: Tecnologia também é coisa de menina!

Cerca de 80 adolescentes do ensino médio da rede pública do Distrito Federal discutiram a inserção de meninas e mulheres no universo da tecnologia, no TIC TAC Weekend Camp, dia 24 de junho, no Centro Educacional do Lago Norte.

Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Internacional de Telecomunicações (UIT) com apoio do Grupo Mulheres do Brasil, o evento teve oficinas tecnológicas e rodas de conversas sobre defesa pessoal, saúde da mulher, empreendedorismo e independência econômica, violência contra a mulher, autoanálise e empoderamento.

Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, Rita Polli participou de uma das rodas, junto com Érica Paes, campeã mundial de Jiu-jitsu. “A saúde mental e física das mulheres começa com o empoderamento desde meninas”, disse Rita.



Eduardo Santos Rocha/Anatel

## Leis do primeiro semestre

Lei nº 13.642, de 3/4/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 4/4/2018: altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógeno, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Lei nº 13.641, de 3/4/2018, publicada em 4/4/2018: altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Lei nº 13.685, de 25/6/2018, publicada no DOU de 26/6/2018: altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para determinar a notificação compulsória de malformações congênitas.



Joana Jeker, da Recomeçar - Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, em campanha pela Lei da notificação compulsória



## Chuteira e batom em campo

Encontro Pauta Feminina do dia 5 de julho discutiu patrocínio, incentivo e abordagem da mídia ao futebol feminino, em reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, presidida pela deputada Ana Perugini (PT-SP).

Aline Pellegrino, ex-capitã da seleção, destacou os aspectos inclusivos do esporte. A jornalista Bruna Dealry falou do Movimento #DeixaElaTrabalhar, contra o assédio a jornalistas no esporte e Carla Ambrósio, do Movimento Mulheres de Arquibancada, criticou o sexismo que ainda trata a mulher como objeto de desejo masculino.

André Luis Argolo Ribeiro, secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte; Alfredo Carvalho Filho, da Sport Promotion; Carlos Felipe Lacerda Raimalho, da Superintendência Nacional de Promoções e Eventos da Caixa Econômica Federal; e Cristiane Gambaré, diretora do Corinthians, traçaram um panorama do momento atual.

“Este País é de batom com chuteira”, disse a deputada Érika Kokay (PT-DF), após criticar a decisão da Caixa em suspender o patrocínio ao Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, já que a empresa – que economizou R\$10 milhões no campeonato brasileiro de futebol feminino – investe R\$100 milhões no patrocínio de 23 clubes de futebol masculino.

Assista: <https://bit.ly/2uyutum>



## Cartilha orienta candidatas

“Eleições 2018: Mulheres a caminho das urnas” é a mais nova publicação da ProMul para esclarecer os critérios de aplicação dos 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) destinado às mulheres.



A cartilha responde a quinze perguntas cruciais para entender as novas regras sobre o cálculo para distribuição de vagas remanescentes, a divisão do tempo nas rádios e TVs, a arrecadação de recursos pela internet e o passo a passo do calendário eleitoral.

Ilustrada com fotos de momentos importantes da articulação da Bancada Feminina do Congresso, a cartilha mostra a histórica luta das parlamentares pela ampliação dos espaços de poder para as mulheres.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “o voto feminino poderá ajudar a mudar a situação de sub-representação parlamentar das mulheres, de modo a fazer justiça com a metade feminina da população brasileira”.

Conheça em: <https://bit.ly/2vdLjja>

## Aniversário da LMP

No esforço concentrado do Congresso, a ProMul e a Secretaria da Mulher da Câmara promovem eventos em comemoração aos 12 anos da Lei Maria da Penha.

No dia 7/8, terça-feira, às 14h, no Plenário 15 do Anexo II, edição especial do projeto Pauta Feminina com o tema “Violência Política contra a Mulher”. Será lançado o fôlder para as eleições produzido pela ProMul e pelo Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAPP).

Em seguida, às 16h, acontece o “Café com Elas: Ouvidorias Externas da Defensoria Pública”.

Às 18h, no Salão Nobre da Câmara, será feita a entrega do prêmio aos vencedores do Concurso de Ilustrações Lei Maria da Penha, com a participação especial do repentista cearense Tião Simpatia.

No dia 8/8, às 10h45, na Comissão da Mulher, a Tribuna das Mulheres receberá Laerzi Inês, do projeto Promotoras Legais Populares.

Às 14h, no Plenário 14 do Anexo II, nova edição do Pauta Feminina com o tema “Respostas ao Feminicídio de Mulheres Negras”.



Veja a programação: <https://bit.ly/2LZSgxV>

## Oficina Senado Mulheres chega a Jaú (SP)



Cerca de 70 lideranças participaram da Oficina Interlegis Senado Mulheres nas Casas Legislativas, no dia 29 de junho, no Plenário da Câmara Municipal.

A discussão sobre Violência doméstica, prevenção em saúde, ascensão profissional e políticas públicas para as mulheres foi coordenado pela vereadora Cléo Furquim (MDB) por intermédio da senadora Marta Suplicy (MDB). “A senadora Marta infelizmente não pôde comparecer, mas é uma inspiração na luta das mulheres no município, inclusive para a construção do Hospital da Mulher”, disse a vereadora.

A Oficina é uma parceria do Instituto Legislativo Brasileiro, da Procuradoria Especial da Mulher, da Diretoria-Geral, do Observatório da Mulher contra a Violência, do Comitê de Gênero e Raça e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado.

A cidade conta com a Casa Rosa, onde mulheres em situação de vulnerabilidade são acolhidas com seus filhos, recebem orientação jurídica e psicológica e fazem

consultas dermatológicas, psiquiátricas e ginecológicas. Coordenada por Mônica Queiroz, a Casa oferece cursos de capacitação e é resultado de parceria com Prefeitura Municipal, a pedido da vereadora Cléo Furquim.

### Oficinas

No módulo do Observatório da Mulher contra a Violência, a analista Eleonora Stanziona discutiu a produção de dados sobre violência contra as mulheres, sensibilizando os órgãos locais sobre a importância do bom registro dos dados.

No segundo módulo, a jornalista e fisioterapeuta Rita Polli Rebelo, coordenadora da Procuradoria da Mulher do Senado, abordou o tema “Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida”.

Por fim, no Cinema Municipal de Jaú, as facilitadoras Ramíla Moura e Maria Cristina Monteiro abordaram o tema “Ascensão Profissional de Mulheres”.

Assista: <https://bit.ly/2KmNO7T>



Ana Paula Oliveira



**Em agosto, completam-se 12 anos que a Lei Maria da Penha (11.340) entrou em vigor e, apesar de ainda convivemos com um número de violência doméstica que não nos permite comemorar, a lei se mostrou uma ferramenta essencial para o enfrentamento desse crime.**

De acordo com o último levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acerca do impacto da lei, divulgado em março de 2015, a norma diminuiu em cerca de 10% a taxa de homicídios contra as mulheres dentro das residências.

Para darmos conta do enorme desafio que é enfrentar a violência doméstica, a le-

gislação vem sendo aprimorada. Em relação às medidas protetivas, constatada a prática de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, medidas protetivas de urgência, como o afastamento do lar, a proibição de manter contato com a vítima e a suspensão de visita aos filhos menores, entre outras. O descumprimento das medidas protetivas, entretanto, não configurava o crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.

Mas a partir da Lei 13.641, de 3 de abril de 2018, descumprir medida protetiva é crime, passível de detenção de três meses a dois anos. A alteração busca efetivar ainda mais a medida que é vista como a principal ferramenta de proteção da mulher vítima de violência doméstica. Além disso, houve mudança em relação às fianças para esses crimes, que só pode ser aplicada por um juiz, não cabendo ao delegado determinar.

No ano passado, outra norma alterou a Lei Maria da Penha ao criar regras para o atendimento policial e a perícia de mulheres vítimas violência doméstica. A Lei nº 13.505 determinou, entre outras mudanças, que esse trabalho deve ser prestado, preferencialmente, por mulheres previamente capa-

citadas durante todo o processo: na hora da perícia, de prestar depoimento ou de lidar com oficiais de justiça.

Há ainda outras mudanças na legislação tramitando no Congresso. Relatei na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma proposta de autoria da senadora Marta que obriga o agressor a cobrir benefícios pagos a vítimas de violência. A bancada feminina

**A partir da Lei 13.641, de 3 de abril de 2018, descumprir medida protetiva é crime passível de detenção de três meses a dois anos.**

do Senado também garantiu a aprovação na CCJ do projeto que determina um prazo de cinco dias para que hospitais e profissionais de saúde que informem à delegacia mais próximos casos de violência contra a mulher.

Estamos caminhando para ampliar a proteção das mulheres, mas sem perder de vista que a violência doméstica tem um traço cultural que deve ser combatido por toda a sociedade.

*Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)  
Relatora da Lei Maria da Penha*



## Artigo

### A rede de saúde no combate a violência contra a mulher

**A** Violência atinge pessoas de todas as idades, independente de gênero, raça, religião, escolaridade, orientação sexual ou condição social. No entanto, é mais recorrente contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos quando se trata da violência que ocorre no espaço privado.

A violência contra a mulher aparece em número significativo, sendo que sua origem pode estar associada aos valores impostos pela sociedade aos papéis masculinos, desde a infância, vinculados à agressividade, força física e a dominação. As meninas, por outro lado, são valorizadas pela doçura, delicadeza, submissão, dependência e sentimentalismo.

Estima-se que muitas mulheres sofrem diversos tipos de violência, silenciosamente, e não buscam ajuda. Nas unidades de saúde do DF, estrategicamente nos hospitais de

referência, encontramos o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAV). São conhecidos pela nomenclatura de uma flor, por exemplo: Programa Margarida, no Hospital Regional da Asa Norte, e Programa Violeta, no Hospital Materno Infantil da Asa Sul.

#### Valores sociais atribuídos aos papéis masculinos e femininos influenciam a violência contra mulher

O PAV apresenta a prerrogativa de notificar os casos de violência no DF e acolher as vítimas de qualquer tipo de violência (psicológica, física, sexual, dentre outras), proporcionando acompanhamento multidisciplinar nas especialidades médica,

enfermagem, psicológica e de assistência social. O acolhimento é o primeiro acesso ao Programa, levando em consideração os pressupostos indicados no "Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública no DF", como por exemplo: a) Tratar a vítima e a família com respeito e atenção; b) A vítima deve ser ouvida sozinha, com respeito e privacidade; c) Respeitar a singularidade de cada paciente; d) Prestar atendimento humanizado; e) Lembrar sempre que a culpa não é da vítima; f) Manter sigilo das informações; g) Evitar a revitimização; h) Não emitir juízo de valor; i) Conduzir para o atendimento social, psicológico e médico.

*Ana Alice da Silva Meirelles Vieira  
Serviço de Saúde Ocupacional  
e Qualidade de Vida no Trabalho  
E-mail: ana.vieira@senado.leg.br*

#### EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

**Procuradora:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

**Coordenadora:** Rita Polli Rebelo

**Projeto gráfico:** Secom/Comark

**Diagramação:** Ramíla Moura

**Textos e edição:** Rita Polli, Ramíla Moura, Paula Bento e Lunde Braghini

**Equipe de apoio:** Isis Marra

**Jornalista responsável:** Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

**Endereço:** Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília-DF

**Telefones:** (61) 3303-1710 / 0800 612 211

**E-mail:** procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria